

Ciro diz que não indicará ao STF quem já tiver sido filiado a partido

**Este texto integra uma [série de reportagens](#) sobre as propostas dos candidatos à Presidência da República para o Judiciário, o Ministério Público, as polícias, a advocacia pública, a legislação penal e o sistema penitenciário.*

Ministro do Supremo Tribunal Federal não pode ter sido filiado a partido político em algum momento de sua vida. O candidato do PDT a presidente, **Ciro Gomes**, promete seguir essa regra para indicar integrantes da corte se for eleito. E mais: quer que magistrados e integrantes do Ministério Público atuem com contenção, sem extrapolar suas funções.

José Cruz/Agência Brasil



Para **Ciro Gomes**, filiação a partido "deforma" imagem de ministro do STF.
José Cruz/Agência Brasil

Ciro foi questionado sobre o perfil de ministro que indicaria para o STF em sabatina promovida em setembro pelos jornais *O Globo* e *Valor Econômico* e pela revista *Época*. O próximo presidente da República escolherá, pelo menos, dois ministros para o tribunal, porque **Celso de Mello** e **Marco Aurélio** completarão 75 anos durante o mandato, idade da aposentadoria compulsória.

“Reputação ilibada, notório saber jurídico, isso é sabedoria da nossa Constituição. E de novo: o **Fernando Henrique Cardoso** nomeia os cabos eleitorais dele, os simpatizantes dele, isso é a politiquinha de São Paulo; o PT se sente autorizado a fazer a mesma coisa. O que a gente tem que fazer é preservar o Supremo Tribunal Federal pra aquilo que a Constituição prevê. É preciso ter reputação ilibada, é preciso estar isento dessas futricas. Não pode em nenhuma circunstância ter sido filiado a partido. Não é ser [filiado a partido] na data [de indicação], é não ter sido filiado a partido, pois isso já deforma, porque é a suprema majestade da Justiça”, apontou **Ciro**, que é advogado e já foi professor de Direito Constitucional e de Direito Tributário da Universidade de Fortaleza.



Em seguida, o ministro da Fazenda de Itamar Franco e da Integração Nacional do governo Lula criticou a escolha do ministro Alexandre de Moraes pelo presidente Michel Temer. “Eu fico chocado como alguém nomeia o Alexandre de Moraes ministro do STF. O Alexandre de Moraes era secretário de Segurança do Alckmin ontem, ministro [da Justiça] do Temer, um governo corrupto.”

“E Dias Toffoli?”, perguntou a jornalista Miriam Leitão. “Também. Está errado. É a mesma coisa. Gilmar Mendes? Está errado. E olha que o Gilmar Mendes é uma figura extraordinária em termos de saber jurídico”, destacou Ciro.

Moraes era filiado ao PSDB quando foi indicado para o STF. Antes, foi do DEM. Ele foi secretário de Justiça e de Segurança Pública de São Paulo em governos do tucano Geraldo Alckmin, além de ministro da Justiça de Temer.

Toffoli foi filiado por quatro anos ao PT e deixou o partido seis anos antes de ser escolhido para o Supremo por Lula. O ministro foi advogado-geral da União e chefe do jurídico da Casa Civil nos governos Lula e advogou para o PT no Tribunal Superior Eleitoral nas campanhas de 1998, 2002 e 2006. Antes, foi assessor da liderança do PT na Câmara dos Deputados.

Gilmar, citado por Ciro na sabatina, nunca foi filiado a partido, mas cogitou concorrer ao Senado pelo PSDB nas eleições de 2002. Desistiu diante da indicação ao Supremo por Fernando Henrique Cardoso. No governo dele, Gilmar foi advogado-geral da União e subchefe para assuntos jurídicos da Casa Civil. O ministro ainda foi chefe da Assessoria Jurídica da Presidência da República durante o processo de *impeachment* de Fernando Collor.

De forma geral, Ciro não tem uma visão favorável da atuação do STF nos últimos tempos. Ao [criticar o impeachment](#) da ex-presidente Dilma Rousseff em entrevista à rádio *Jovem Pan* em 2017, ele foi questionado como era possível dizer que o processo foi um “golpe”, se ele foi cancelado pelo Supremo.

Em resposta, o ex-ministro lembrou que, em 2 de abril de 1964, o então presidente do Senado, Auro Moura de Andrade, declarou que João Goulart havia abandonado a Presidência da República — mesmo com ele ainda estando no Brasil. Em seguida, continuou, o presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli, assumiu o governo e convocou eleições indiretas, que foram vencidas pelo general Castello Branco. E isso tudo sem que o STF interviesse, destacou.

“Você acha que isso foi tudo legal? Não foi um golpe? Isso é a noite de 64. Supremo Tribunal Federal demandado, até hoje calado. E o Ruy Barbosa dizia, e contemporaneamente repito, é o poder que mais tem faltado à República”, avaliou Ciro.

O candidato não respondeu às perguntas da **ConJur** sobre suas propostas para o Judiciário, o Ministério Público, as polícias, a advocacia pública, a legislação penal e o sistema penitenciário.

Atuação política

O Judiciário e o Ministério Público estão “exercendo a política” sem ter legitimidade para isso, uma vez que seus integrantes não são eleitos pelo povo, disse o presidenciável em entrevista ao *Jornal Nacional*,

da TV Globo, no fim de agosto.

Segundo o ex-governador do Ceará, o exibicionismo de magistrados como [Sergio Moro](#), da 13ª Vara Federal de Curitiba, e [membros do MP](#) que integram a força-tarefa da “lava jato” tem afetado a imagem de imparcialidade dessas instituições.

“Não tem um debate no estrangeiro que eu não encontre um desses aí. Não sei a que horas julgam. Tem a [foto](#) do sujeito [Moro] se abrindo, de cochicho com o [senador do PSDB] Aécio [Neves]... Isso pega mal. Não sei se é porque estou velho, mas, no meu tempo, juiz não ia nem para o bar, porque ele guarda uma majestade tão importante para a estabilização da República, para o respeito das instituições que o povo precisa ter, que ele não pode se dar a esse desfrute da convivência mundana”, declarou [Ciro](#) em sabatina dos jornais *O Globo* e *Valor Econômico* e da revista *Época*, em setembro.

André Carvalho/CNI



Ciro Gomes afirma que juiz Sergio Moro e procuradores da operação "lava jato" estão se expondo demais.
André Carvalho/CNI

Ao adotarem essa postura e agirem de forma política, continuou o candidato, juízes, procuradores e promotores acabam contrariando a mensagem que gostariam de passar com a operação “lava jato”.

“No fundo, acaba com o objetivo da ‘lava jato’, que é passar para a sociedade brasileira que a impunidade não é mais um prêmio do bandido de alto coturno. Agora, começaram a 30 dias da eleição, o que me causa um constrangimento, a representar contra gente do tucanato: [prenderam](#) o [ex-governador do Paraná e candidato ao Senado pelo PSDB Beto] Richa ontem, entraram na casa do governador de Mato Grosso do Sul [Reinaldo Azambuja, também do PSDB]. Eu acho que merece. Mas isso tudo é muito estranho. Eu estava falando de militar aqui, que vulnera a sociedade brasileira esse tipo de tutela autoritária, é essa mesma matriz de achar que um juiz singular vai ter chibata moral da República. E os outros, vão fazer o quê? Essas coisas têm que ser institucionais, têm que ser sóbrias, têm que ser serenas. E severas.”

Para mudar esse cenário e conferir segurança jurídica, o pedetista propõe uma modernização do Judiciário e do MP. O objetivo é que essas instituições fiquem limitadas a exercer suas funções, sem extrapolá-las. Dessa maneira, ressalta o presidenciável, limitaria a ocorrência de impasses como quando



os magistrados federais Rogério Favreto, Sergio Moro, João Pedro Gebran Neto e Thompson Flores se engalfinharam numa [batalha judicial](#) pela soltura ou manutenção da prisão de Lula — esta ordem saiu vitoriosa do episódio.

Embora seja crítico da reforma trabalhista e tenha prometido revogá-la, o ex-ministro da Fazenda indicou, em entrevista ao jornal *O Globo* em agosto, que buscará “atenuar os abusos da Justiça do Trabalho”, caso seja eleito.

Considerada por Ciro a porta de entrada dos mais pobres à Justiça, a Defensoria Pública deve ser ampliada, sugeriu neste sábado (29/9) a profissionais da classe, em São Paulo. E esse aumento, conforme o presidencial, deve priorizar a atuação nos estados, não nos tribunais superiores.

Aceleração de processos

Ciro Gomes promete, em seu programa de governo, articular com o Conselho Nacional de Justiça medidas para agilizar a tramitação de processos e inquéritos de “crimes graves” — sem, contudo, definir quais delitos se enquadrariam nessa categoria.

Algumas medidas a serem tomadas nesse sentido seriam estabelecer critérios objetivos para as audiências de custódia, simplificar o inquérito policial e destruir armas ilegais e drogas apreendidas pelas forças de segurança.

No campo dos entorpecentes, o candidato do PDT não oferece soluções prontas. Por um lado, ele afirmou, no *Roda Viva*, da TV Cultura, em maio, que grande parte dos homicídios do país estão relacionados ao tráfico de drogas e que o combate a essas mortes deve ser prioridade do próximo presidente.

Por outro, Ciro lembrou na ocasião que o Brasil é um país “profundamente cristão” e que intelectuais não podem impor a descriminalização das drogas ao povo. “Não adianta nós, do mundo letrado, acharmos que vamos empurrar goela abaixo de uma sociedade cristã, religiosa, moralista como a nossa, questões dessa natureza.”

Ainda que considere que não houve tempo suficiente para se concluir se experiências internacionais de descriminalização funcionam, o ex-governador do Ceará defendeu um debate sobre a mudança da política de enfrentamento ao tráfico. A seu ver, as drogas têm que ser encaradas como um assunto de saúde pública. Um bom exemplo é o de Portugal, opinou no *Roda Viva*. Isso porque, lá, especialistas fixaram quantidades necessárias para usuários se manterem e deixaram de penalizar quem fosse pego com porções até esse limite.

Guarda de fronteiras

O governo federal deve ter maior responsabilidade pela segurança pública, entende o ex-prefeito de Fortaleza. Assim, ele quer criar uma polícia de fronteiras e um sistema nacional de inteligência e institucionalizar a Força Nacional. Enquanto a política de drogas não for mudada, o presidencial deseja intensificar a luta contra o tráfico, nacional e internacional, de entorpecentes e armas.

Além disso, o ex-ministro recomenda, em seu programa de governo, instituir a Escola Nacional de



Segurança, com o objetivo de capacitar policiais estaduais para investigar e prevenir crimes graves.

Outra ideia de Ciro é criar um órgão federal de proteção a testemunhas para atender os casos mais graves de delatores de organizações criminosas. Nessa linha, ele também quer reduzir os entraves burocráticos à celebração dos acordos de leniência.

O combate à corrupção deve ser aprimorado, segundo Ciro, com a “construção de um sistema ágil de investigação sobre lavagem de dinheiro, que inclua a Polícia Federal, a Receita Federal e o Conselho de Controle de Atividades Financeiras”. Ele sugere ainda a instituição de “mecanismos de controle social ativo e integrado com relação às organizações que são responsáveis pela defesa do patrimônio público”, como Controladoria-Geral da União, Polícia Federal, Tribunal de Contas da União e Ministério Público.

Com relação ao sistema penitenciário, o pedetista propõe a ocupação de vagas ociosas em presídios federais. Com isso, visa afastar dos estados presos de alta periculosidade, que continuam comandando facções de dentro das cadeias.

Para prevenir delitos e reduzir a reincidência criminal, Ciro busca promover a inclusão de jovens que vivem em áreas de conflito ou moradores de rua em programas profissionalizantes e criar um sistema de acompanhamento dos recém-saídos de penitenciárias.

Date Created

02/10/2018